



O Social em Questão

ISSN: 1415-1804

ISSN: 2238-9091

osq@puc-rio.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Brasil

Veillette, Anne-Marie; Andrade Nunes, Nilza Rogéria
As mulheres e os efeitos da pacificação das favelas no Rio de
Janeiro: compreendendo o gênero na política de segurança
O Social em Questão, vol. 20, núm. 38, 2017, Maio-, pp. 171-190
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552256732020>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

As mulheres e os efeitos da pacificação das favelas no Rio de Janeiro: compreendendo o gênero na política de segurança

Anne-Marie Veillette¹

Nilza Rogéria de Andrade Nunes²

Resumo

O presente estudo tem por objetivo analisar os impactos da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) na perspectiva das mulheres moradoras de favelas no Rio de Janeiro. A pesquisa possui um enfoque qualitativo e a metodologia utilizada se baseou em observação participante, entrevistas individuais e grupo focal realizados com doze mulheres de sete favelas. Os resultados apontam para as percepções das mulheres sobre política de segurança pública em curso que, ao mesmo tempo em que estabelece uma regulação do espaço das favelas, traz um sentimento de incerteza para o enfrentamento da violência e da conquista de políticas públicas.

Palavras-chave

Mulheres; Favelas; Segurança pública

Women and the effects of the pacification in Rio de Janeiro's slums: understanding the gender on security policies

Abstract

The present study aims to analyze the impacts of the instalation of the Pacification Police Unities (UPP) in the perspectives of women in the Rio de Janeiro slums. The research persue a qualitative focus and the methodology used is based on participant observations, individual interviews and a focus group with a dozen women from seven different slums. The results point out that the women's perceptions of the public security policy brings, at the same time that it offers a regularization of the slums' space, a general feeling of incertitude for coping with violence and the conquest of public policies.

Keywords

Women; Slums; Security policies.

Introdução

O objetivo desse trabalho é analisar os impactos da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) na perspectiva das mulheres de favelas no Rio de Janeiro. Intenciona compreender como as mulheres vivenciavam, no seu cotidiano, a atuação das UPPs, tendo como foco a presença ostensiva da força para o controle territorial sob a égide de que este *modus operandi* se faz necessário para a entrada de políticas públicas e, conseqüentemente, acesso aos direitos sociais.

Nossa motivação e interesse nesta temática se baseia na tese de que o desenvolvimento da UPP, além de reproduzir e reforçar as relações de classe social, raça e espaço – que já caracterizam essas áreas excluídas da cidade formal (VARGAS, 2013) –, também contribuiu, de forma significativa, para a reprodução e o reforço das relações de gênero. A questão que norteia este estudo é: quais são os impactos do desenvolvimento da UPP para mulheres residentes nas favelas? Assim, procuraremos compreender como a política pública de segurança implementada em territórios segregados espacialmente é sentida e percebida pelas mulheres que ali vivem e criam seus filhos.

O controle armado do território das favelas por grupos organizados em torno do tráfico de drogas historicamente se estabeleceu por meio de conflitos e confrontos – seja entre grupos rivais na disputa por dominação territorial, seja pela atuação exercida até então pelas polícias para resolver o problema da criminalidade. O “combate” ao crime estabeleceu uma “política de guerra”, com a chamada “tolerância zero” (WACQUANT, 2001), na qual a lógica do confronto se justifica para a manutenção da ordem nos espaços das favelas, percebidos como *lôcus* da violência.

Neste cenário, surge, por meio da Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro, no fim de 2008, o Programa de Polícia Pacificadora – UPPs, que se baseia nos princípios da Polícia de Proximidade – “um conceito que vai além da polícia comunitária e tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de Segurança Pública”³. O programa tem como objetivo a retomada permanente de favelas dominadas pelo tráfico, potencializando o desenvolvimento social e econômico das mesmas, pois facilita a entrada de serviços públicos e privados gerando oportunidades aos seus moradores.

Diríamos que “enxergar” a favela pelo olhar das mulheres significa falar de articulações políticas entre geografia e gênero⁴ (REGGSILA, 2014 apud NUNES, 2015), um campo que apenas se organiza na América Latina. E, para garantir que seja este o olhar que se revela nesse estudo, sobre as relações cotidianas no interior das favelas, optamos por escutar testemunhos de doze mulheres de sete favelas do Rio de Janeiro.

Com o objetivo de melhor contextualizar socioespacialmente onde se insere este trabalho, construiremos uma breve reflexão sobre o modo como os espaços populares nomeados “favelas” se constituíram e são representados no imaginário social. Assim, busca-se construir uma narrativa acerca destes territórios e suas correlações com a sociabilidade e a violência neles presente.

Os resultados e discussões apontam para as percepções das mulheres sobre uma nova regulação destes espaços pelas forças de manutenção da ordem. No horizonte dos depoimentos há um sentimento de incerteza em relação a política de segurança impetrada sobre as favelas.

Na favela...

Exemplos da configuração socioespacial extremamente desigual da cidade do Rio de Janeiro espalharam-se pelo tecido urbano carioca a partir dos anos 1920, ocupando um lugar de destaque na estrutura urbana e política da cidade (SOARES, 2006). A sistematização conceitual realizada por Valladares (2005) e compartilhada por vários autores (ZALUAR, 2006; BURGOS, 2006; TELLES, 2006; FERNANDES, 2009), classifica a favela a partir dos seguintes “dogmas”: a sua especificidade, que lhe confere um diálogo entre a irregularidade da ocupação do espaço urbano, pobreza e violência com manifestações culturais que constroem marcas de identidade; a favela como o território urbano dos pobres, uma “cidade dentro da cidade”, enclave e território da partição, símbolo da segregação socioespacial; unidade da favela no seu sentido de comunidade, onde se evidencia uma realidade plural e multifacetada.

Sob o ponto de vista teórico, não existe uma definição precisa e hegemônica sobre o conceito do que seja favela. A esta se conferem múltiplas compreensões e entendimentos que variam de acordo com a concepção de diversos autores, pesquisadores, trabalhadores sociais, organizações públicas, privadas e não governamentais. Consideramos

Moradas singulares no conjunto da cidade, compondo o tecido urbano e integrado a este, que não seguem o padrão hegemônico que o Estado e o mercado definem como sendo o modelo de ocupação e uso do solo nas cidades. Esses modelos em geral são referenciados em teorias urbanísticas e pressupostos culturais vinculados a determinadas classes e grupos sociais hegemônicos que consagram o que é um ambiente saudável, agradável e adequado às funções que uma cidade deve exercer no âmbito do modelo civilizatório em curso lei (SOUZA E SILVA; BARBOSA, 2009).

Segundo o Censo 2010 (IBGE), o Rio de Janeiro é a cidade no país com a maior população vivendo em aglomerados subnormais⁵, com 1.393.314 pessoas nas 1071 favelas, ou seja, 22,03% dos 6.323.037 moradores do Município do Rio de Janeiro. Comparado ao Censo 2000 (IBGE), o crescimento da população em aglomerados subnormais foi de 27,65%, enquanto a cidade regular, excetuando os moradores das favelas, cresceu a um ritmo oito vezes menor, apenas 3,4%. Estes dados apontam para a necessária reflexão sobre esses espaços da cidade que compõem o seu tecido urbano. Olhar para a favela é reconhecê-la nas suas fortalezas e fragilidades, considerando seus desafios, seus contrastes, sua estética, seu *modus operandi*, capaz de produzir e reproduzir um jeito próprio de dialogar com as demais partes que compõem a cidade, mesmo sendo, muitas vezes, vista como não desejada. É nesse lugar que se vivem e/ou atuam as mulheres que colaboraram para esse estudo. É da favela que virá a fala que representa um poder feminino que desponta de um movimento autônomo, individual e que se transforma em ações coletivas e articulações multifacetárias.

A violência presente...

A intensificação da representação da favela como o território da violência perpassou as fronteiras geográficas e cedeu lugar ao controle armado desses espaços populares, notadamente iniciado ao final dos anos 1980, com o aumento dos confrontos entre as facções criminosas, pela disputa de pontos de venda de drogas na cidade (CORRÊA, 2013). Diversos autores (SILVA, 1999; LEEDS, 2006; ZALUAR, 2006) apontam para a influência deste cenário e sua repercussão para se refletir sobre a criminalidade na cidade do Rio de Janeiro como um todo.

Segundo Corrêa (2013), o aumento desta criminalidade a partir da década de 1980 se caracteriza a partir de uma nova forma de organização coletiva de grupos que passam a se organizar em empreendimentos, com formatos, conteúdos e sentido sociocultural próprios. Não se trata mais da ação pulverizada de indivíduos isolados. Esta prática social foi denominada por Silva (1999) de *sociabilidade violenta*, cujo sentido se dá por referência ao recurso universal da violência como forma de subjugação do outro.

No cotidiano dos moradores das favelas, a violência multifacetada que passa a se apresentar na vida da comunidade, trazendo novos códigos e muitas vezes regras e condutas que coadunam às facções criminosas, opõe territórios “amigos” e “inimigos” e acirra relações de disputas que se refletem entre pares e entre o conjunto daqueles que ali habitam, uma vez que cerceiam a circulação e o direito

à livre expressão. Para o conjunto da cidade, uma visão massificada construída sobre a égide da violência reverbera em discriminação social, preconceito e estereótipos, que alcançam o conjunto dos moradores que habitam essas áreas de “risco e vulnerabilidade social”.

Toda a população moradora de favelas passou a ser vista como composta por bandidos ou quase bandidos em razão da contiguidade territorial inescapável com a minoria que integra os bandos armados. Emparedada, vive uma vida sob cerco (SILVA, 2008, p.14 apud, CORRÊA, 2013, p.25).

De acordo com Zaluar e Alvito (2006), o aumento da criminalidade e do medo na cidade gerou uma demanda por ações mais rígidas e eficientes por parte da atuação policial. Mas a ação policial não se inicia nesse período. Desde sempre, as favelas foram alvos da atuação da polícia de forma violenta e pouco respeitosa para com os seus moradores. Entre várias iniciativas pontuais, a utilização da metáfora da guerra, isto é, a associação dos confrontos vividos na cidade à uma guerra entre “morro e asfalto, favelados e cidadãos, bandidos e policiais” (LEITE, 2000, p.74 apud CORRÊA, 2013, p.26) se fez presente. Instalou-se o discurso e prática da guerra posta em prática por policiais civis e militares, sob o argumento de retomada do território⁶.

As incursões policiais, por um modelo de controle e ocupação de território, levaram ao surgimento, em 2008, das Unidades de Polícia Pacificadora, enquanto uma política pública elaborada com os princípios da Polícia de Proximidade, um conceito que vai além da polícia comunitária e tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de Segurança Pública. Remetida a metáfora da guerra e da violência, emerge o termo pacificação, que, no uso da atribuição de representação do poder público, ressalta a importância de se “libertar” os moradores das favelas do controle armado do território pelo tráfico de drogas. Sublinha-se a ideia de “pacificação dos território” a representação dos “territórios da violência” (CORRÊA, 2013).

No entanto, sua inserção nos territórios das favelas e sua operacionalização, com ações e relações, remete ao questionamento se as UPPs se firmam como uma política que fortalece o Estado Penal, com o objetivo de conter os insatisfeitos ou “excluídos” do processo, formados por uma quantidade significativa de pobres, cada vez mais colocados nos guetos das cidades (FRANCO, 2014). Sobre estas percepções e indagações é que pretendemos ouvir as mulheres das favelas participantes deste estudo e o que elas têm a dizer.

Por que ouvir as mulheres? Uma reflexão feminista...

Poucos autores abordam com destaque o ponto de vista das mulheres. Começamos nossa reflexão numa perspectiva feminista que reconhece basicamente a transversalidade e a consubstancialidade das relações sociais de sexo (KERGOAT, 2009). Em outras palavras, existe uma relação antagônica de poder que é desigual, entre dois grupos construídos socialmente: os homens e as mulheres. Mas estes dois grupos não são homogêneos: eles são cruzados das outras relações sociais (de raça e de classe, entre outros) e se co-constroem com elas – o que a Danièle Kergoat (2009) chama de consubstancialidade.

No entanto, algumas pesquisadoras demonstraram que os estudos sobre a violência urbana ficam num campo de estudo masculino, que não olham e não valorizam as experiências das mulheres e que, assim, não conseguem ver os impactos que esta violência tem sobre elas, bem como a maneira que ela se produz e reproduz na opressão das mesmas (WILDING, 2014; HUME, 2009). Donna Goldstein (2003) mostrou com acuidade, na sua etnografia, a forte vinculação entre as relações sociais de raça, de classe e de sexo na vida das mulheres das favelas e como estas relações criam, neste ambiente particular, violências e obrigações diferentes pelas mulheres. Do mesmo jeito, Luciane de Oliveira Rocha (2012) demonstra que no contexto de militarização das favelas – que se inscreve num genocídio histórico da diáspora africana⁷ (VARGAS, 2005) – configura um ambiente aonde os homens pretos estão sendo mortos, mas mulheres permanecem, deixando para elas as consequências econômicas, sociais, emocionais e políticas.

O que chamamos consubstancialidade (KERGOAT, 2009), interseccionalidade (CRENSHAW; BONIS, 2005), matriz de dominação (COLLINS, 2009) ou ainda a serialidade (YOUNG, 2007) nos oferece uma maneira de ver como a polícia reproduz todas as opressões dentro das favelas, de maneira complexa e sem diferenciar as experiências das mulheres. Aqui, queremos dar foco, principalmente, nos impactos de um componente dessa violência urbana que é a violência policial, e ainda, mais precisamente, da UPP, porque pensamos a polícia como o guardião do *status quo* social, dos privilégios e das hierarquias sociais de sexo, de raça, de classe e de espaço⁸.

Objeto e o campo

O objeto desse trabalho são os testemunhos das mulheres moradoras de favelas acerca da implementação das UPPs nos seus locais de moradia. Destacamos, no entanto, que o programa das UPPs é um modelo de ação policial voltado para enfren-

tar, nas favelas, o poder dos grupos criminosos armados. Nesse sentido, o campo de investigação foram sete⁹ favelas do Rio de Janeiro, representadas por seis mulheres em entrevistas individuais (cuja identidade está preservada e para identificação utilizaremos nomes fictícios), um grupo focal (com seis mulheres participantes), observação participante em audiência pública e discussão pública.

Método

Foi realizado estudo qualitativo por meio de observação participante, entrevistas semiestruturadas¹⁰ e grupo focal, visando identificar o impacto das UPPs na vida das mulheres moradoras de favelas.

O referencial escolhido para o estudo se deu com base na metodologia *Snowball sampling*¹¹ ou “Bola de Neve” (VELASCO; DÍAZ DE RADA, 1997). Esta é uma técnica de amostragem não probalística que utiliza cadeias de referência, numa espécie de rede (ALBUQUERQUE, 2009). Assim sendo, partiu-se de escolhas aleatórias para o alcance do campo estudado. Os testemunhos declarados na coleta de dados serão apresentados a seguir de forma temática.

É difícil generalizar as implicações da pacificação das UPPs pelas mulheres das favelas, uma vez que as favelas que foram “pacificadas” são diferentes e as mulheres também possuem experiências, posições sociais e pontos de vista diferentes e, por vezes, divergentes. Assim, é importante destacar que consideramos os resultados da análise parciais e próprios das mulheres encontradas. Por outro lado, precisamos reconhecer as diversas recorrências nos testemunhos destas mulheres, que provam a sua relevância.

Resultados e discussões

As favelas, mosaico de desigualdades expresso na cartografia urbana, revelam disputas econômicas, políticas e sociais que fazem parte da cidade. A favela, o morro, o *território* ou a *comunidade* são espaços populares que ocupam o solo urbano da cidade do Rio de Janeiro, que conta histórias de negação, preconceitos e discriminação.

De agora em diante falarão as colaboradoras desta pesquisa. Falam do lugar do vivido, do reconhecimento de suas pertencas e do que pensam e sentem sobre a presença da UPP em sua comunidade.

A) A presença do Estado nas favelas: militarização

Se, em primeiro lugar, as UPPs vieram trazer um aspecto social (ZACCONE, 2015, p. 248), conhecido como a UPP-Social, as mulheres participantes deste

estudo não viram o social entrar nas favelas, ou, se ocorreu, foi de maneira bem parcial. O que ocorreu, principalmente, foi a militarização desses espaços e a penalização dos moradores pelo Estado (WACQUANT, 2008), que entrou com as forças armadas – o que inclui o Exército, os batalhões militares e especializados (tipo o BOPE¹²) e a polícia militar em geral - e que, desde esse tempo, tenta fazer uma ocupação (FLEURY, 2012; ZACCONE, 2015). Entretanto, as mulheres estavam convencidas de que não era uma prioridade para elas ter a presença militar-policial do Estado nas favelas:

Bom eu acho que [...] a questão da segurança, que é a proposta da UPP, ela não é prioritária, pelo contrário. Talvez ela fosse o último ponto que a gente precisasse e tivesse esta necessidade aqui. [...] Eu acho que tem tantas outras questões que precisam ser abordadas, debatidas e aqui na questão das políticas públicas; que eu acho que a UPP e a questão da segurança é o último ponto (*focus group*, Rocinha).

Violência

Inicialmente, foi muito pronunciada a questão das violências perpetradas contra a população durante as operações policiais e do Exército. As mulheres falaram muito dos inúmeros mortos e feridos feitos pela polícia nas favelas. Na grande maioria das vezes, estes mortos eram homens, pretos e jovens, o que corrobora com o que já foi apresentado por muitas pesquisas feitas nesses territórios (AMNESTY INTERNATIONAL, 2015; HUMAN RIGHT WATCH, 2016).

Muitos do homicídios cometidos pela polícia são feitos e justificados, como os chamados “autos de resistência”, que ficam até hoje sob a cobertura “legal” dos policiais (HUMAN RIGHT WATCH, 2016; ZACCONE, 2015).

Aí, as vezes tinha um tiroteio que levava uma hora, uma hora e meia, duas horas. Cê imagina quanta bala gasta numa hora de tiroteio. É muito tiro. Muito tiro mesmo. As pessoas lá fora, se a gente fala, a pessoa pensa que é uma brincadeira: “Ah, história deve ter dois tiros e parou”. Não! Há muito tiro. É a rua inteira como um queijo suíço. Toda. [...] Igualzinho, que nem a Síria. Se olhasse lá dentro, que nem a Síria (Fernanda, Complexo do Alemão).

Os tiroteios ocorrem com os policiais, mas também entre traficantes. Os policiais, durante as operações, participam diretamente da destruição do lugar: tiros

feitos em direção de um transformador elétrico, ares condicionados, janelas e portas perfuradas são exemplos. Além de prejuízos materiais, as mulheres, muitas vezes, relataram as invasões ilegais da polícia na vida privada com revista nos celulares, nas bolsas e nas casas. Se adiciona também a estes elementos, uma maior vulnerabilidade das mulheres à violência sexual, também relatada por nossas colaboradoras.

Controle

A violência vai além da violência física feita contra os moradores e seus bens e pertences. Com alguns agentes das unidades permanecem na comunidade, surgem problemas que talvez não existissem anteriormente. Por exemplo, mães que perderam um filho assassinado pela polícia convivem com a representação do “assassino” do filho todos os dias, o que pode levar a consequências dramáticas para elas:

Aqui no Alemão, são mães que acabam ficando doente. Há dias atrás, um policial bateu numa mulher atendida pelo centro de atendimento psicológico daqui, porque ela criou um ódio tão grande com a polícia, que ela acabou adoecendo e aí ficou doente mental. (Lívia, Complexo do Alemão)

Foram também abordadas frustrações com o exercício do controle social e cultural que as UPPs exercem nas comunidades, muitas vezes interrompendo e/ou proibindo atividades comemorativas e/ou de lazer. A exemplo, os bailes funk em muitas favelas “pacificadas” pararam de acontecer, restringindo a diversão dos moradores.

Acerca dessas considerações, a permanência da presença policial permitiu uma maior vigilância. Revistas dos/as moradores na entrada e dentro da favela acontecem frequentemente, levando a muitos abusos do tipo: eles querem saber onde as pessoas moram, o que elas fazem na vida, porque tal pessoa tem um computador na mochila, como a pessoa conseguiu comprar um carro, etc. O argumento oficialmente utilizado para esse tipo de controle e revistas é o de encontrar traficantes, armas e drogas, subjugando que poderiam ser levadas por qualquer morador das favelas.

Estigmatização

As revistas feitas com todos os/as moradores/as que circulam nas favelas e são abordadas pela polícia trazem um dado muito importante e que foi dialogado em todas as entrevistas e discussões com as mulheres: a polícia considera toda pessoa que mora na favela conivente com os traficantes. Para as mulheres

Só assim, o tratamento policial com o público feminino sempre foi o mesmo, nunca mudou. A mulher é sempre a mulher de bandido, mãe de bandido, filha de bandido. Todas as pessoas aqui, eles classificam como parente de bandido. Então, automaticamente, eles associam ao tráfico (Fernanda, Complexo do Alemão).

E essa atitude reflete uma visão de que mulheres não têm poder algum, que elas não têm autonomia. Seriam “criminosas” sob o poder dos homens (marido, pai ou mesmo filho):

[...] geralmente, quando a mulher tem algum envolvimento com o crime, esse envolvimento é diretamente ligado ao crime do parceiro dela e não é uma coisa assim totalmente dependente dela. Ela comete um crime porque ela está cometendo um crime, ela comete um crime em função do relacionamento dela. Enfim, todo ciclo, toda questão da violência que ela sofre ou não tem essa relação direta com o parceiro (*focus group*, Rocinha).

Essa conceitualização do crime e da violência, contribui, sem dúvida, para a construção social das mulheres como vítimas e nunca como seres empoderados. Isto entra num processo de naturalização da mulher de favela - e da mulher negra - como incapaz de ser alguma outra coisa. A mulher da favela “sem-poder” é destinada a ajudar os bandidos, a ser cuidada pelos bandidos e a criar os bandidos. Os policiais que acusam mulheres, pensando que elas automaticamente são de “conivência” com o tráfico, constroem e fortalecem este estigma.

Então, o que observamos nesses exemplos de intervenções policiais com mulheres é a presença clara da interação entre as relações sociais de classe (abordagem diferente com pessoas pobres), de raça (o preto que é associado ao crime), de espaço (uma militarização do espaço favelado) e de sexo (uma desvalorização e um silenciamento das mulheres). Nesse sentido, a violência policial realmente muda em função do sexo a que se refere.

B) Impactos da pacificação

Promessas jamais cumpridas

O programa levou a esperança de desenvolvimento nas comunidades, com um investimento social que não foi assegurado a longo prazo. As moradoras esperavam que o programa não seria só feito pela polícia, não só com a preocupação da guerra as drogas que já estava acontecendo.

A UPP, quando foi o lançamento no Rio de Janeiro, eu participei de todas as reuniões na Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos com [a pessoa] que era o paralelo à UPP-polícia que era a UPP-social. Então, eu confiei que o poder público ia fazer a ocupação policial mais junto com as políticas públicas. E como mãe, mulher, eu acreditei que seria bom para a comunidade porque você veria menos [sic] crianças envolvidas com tráfico de drogas, menos crianças morrendo, menos jovens perdendo a vida antes dos 15 anos. E aí você tinha uma perspectiva de uma coisa melhor. [...] Eu acho que a gente não fica longe dessa guerra civil que está em outros país, porque quem vive na favela, ela tem que se resguardar cada segundo porque é uma guerra tão grande, é uma guerra contra droga. (Lívia, Complexo do Alemão)

Contudo, a pacificação não levou às mudanças esperadas. No início, o que parecia ser um programa favorecendo o crescimento social, foi, ao final, muito mais um pretexto para uma militarização maior desses espaços. Assim posto, podemos afirmar que vem sendo como outros programas e projetos já realizados nas favelas, onde os políticos continuam a fazer promessas que não vão cumprir e continuam a ter uma relação de clientelismo (GOIRAND, 2001).

Colonização e gentrificação

Com a polícia pacificadora em algumas favelas chegaram projetos sociais, a construção de espaços de lazer e de infraestrutura de saúde. Na Rocinha, mulheres falaram de algumas melhorias, além de investimento em cultura, na saúde e na educação.

Além da melhoria dos serviços, houve também, em alguns lugares, uma valorização dos espaços públicos e mesmo do bairro. Com as reformas - como pintura colorida feita nas casas e alargamento das ruas, muitos lugares mudaram de uma maneira positiva. No entanto, o custo da vida aumentou também por causa das inúmeras empresas que entraram com a pacificação (FREEMAN, 2014). Na Rocinha, uma pessoa falou:

E outras observações que devem ser levadas em consideração é a parte econômica que essa UPP também traz. Que além da segurança tem várias antenas da Claro, da Oi, da Vivo que não tinha aqui. Provavelmente não tinha relógio com marcador de energia, não tinha. Então é uma

forma de trazer toda esta parte econômica. De tentar melhorar o bairro pra expulsar quem está aqui também além dessa visão de segurança, que é um pouco mascarada da segurança as outras coisas que vem por traz da UPP (*focus group*, Rocinha).

O processo de gentrificação fica mais evidente nas favelas da zona sul, onde o aumento do custo de vida repercute diretamente na permanência de muitos moradores que, por vezes, não conseguem acompanhar o aumento do custo de vida, vendo-se obrigados a migrar para outro local, cujo custo de vida seja menor. Situações desta natureza recaem, principalmente, sobre as mulheres provedoras de suas famílias.

O processo de exploração da pobreza também pode ser percebido por meio de uma outra atividade econômica que cresce nas favelas e que foi impulsionada pela “pacificação”, que é o turismo. Embora não seja uma atividade nova, pode ser vista sob perspectivas diferentes. Se, por um lado, explora a pobreza, por outro pode ser positiva na medida em que permite às pessoas conhecerem e entenderem minimamente esses espaços, historicamente estigmatizados. O turismo faz parte do processo de colonização do mercado, e aí, de gentrificação. Se ele pode ser feito de maneira respeitosa e interessante, muitos/as moradores não gostam da presença dos turistas que vêm visitar “os pobres”, como se fossem a um jardim zoológico. Assim, o turismo nas favelas fica numa linha de tensão entre a desconstrução do estigma e a exploração da pobreza, que reproduz este mesmo estigma.

A miragem da segurança

O pretexto da instauração das UPPs foi a segurança. Mas no total das entrevistas, do *focus group* e das observações feitas na pesquisa, ficou evidente que as mulheres nas favelas não se sentem mais seguras. Ao contrário, elas evocaram um aumento das violências dentro das comunidades. Além disso, um fato muito interessante que foi percebido ao longo do estudo é que as violências contra a mulher aumentaram.

Até hoje muitas UPPs não respondem às demandas da população das favelas ou não conseguem apoiar o desejo de ordem nestes espaços. A violência não parece menos presente do que antes com os traficantes mais envolvidos no cotidiano da favela. Além disso, a UPP não se mostra eficaz na conservação de uma ordem qualquer. Isso se traduz muito nos discursos das mulheres, porque elas afirmam

que hoje, com uma polícia corrupta e incapaz, tem um aumento dos crimes na favela, e fica difícil obter justiça quando eles acontecem. Para as mulheres, um crime que causa muito temor se refere à violência sexual e conjugal, que são duas violências que são geralmente cometidas contra elas.

E eu tenho percebido agora, este é um olhar mais empírico mesmo de morador de quem está aqui no dia a dia, eu tenho percebido em algumas páginas de notícias, por exemplo, Rocinha em foco que tem noticiado muito e eu percebi que foi logo após a UPP, a entrada, o número de mulheres que tem sido abordadas tanto por assalto como também casos de estupro, até teve uma criança que logo num terreno aqui atrás da minha casa que faleceu, que morreu, esta criança estava em um aniversário e um cara pegou ela, sumiu com ela e depois de alguns dias a criança foi achada aqui... ela estava enterrada assim com uma telhas em cima dela.

[...]

Envergonhada...e assim foi um desespero... aquele crime chocou todo mundo! É uma situação que parece que depois que a UPP entrou, como elas falaram foi uma troca de poder, sim foi uma troca de poder, mas parece que a violência contra a mulher dentro da favela parece que aumentou. Isto eu não tenho dados assim pra te falar, é mais mesmo um olhar de morador porque você vê direto agora (*focus group*, Rocinha).

Em outras favelas, foi constatado o mesmo problema: os crimes cometidos contra as mulheres aumentaram. Uma mulher da Vila Cruzeiro declarou que ela testemunhou muito mais violência dentro das residências na sua comunidade (e mais precisamente contra mulheres). A falta de ordem trazida pela “invasão” da UPP, na perspectiva dela, abriu uma possibilidade para as pessoas fazerem o que querem, o que antes não ocorria por conta da brutalidade e das punições dos traficantes.

Mas a insegurança das mulheres neste contexto vai além da própria segurança delas. Ela chega até a família, e, principalmente, até os filhos homens e negros, que são os principais alvos da brutalidade policial. Muitas das mulheres entrevistadas são mães e uma questão importante para elas é a proteção dos seus filhos; assegurá-los longe dos traficantes (para não vê-los envolvidos) e da polícia que os violenta. Para uma mulher e mãe, moradora do Complexo do Alemão, a situação depois do desenvolvimento das UPPs,

Não mudou em nada. Nós estamos continuando sendo agredidos, jovens morrendo, mães desesperadas porque os filhos vão e vem da escola debaixo de tiros. Qual é a mãe que vai querer deixar o filho no meio do fogo cruzado, no meio de uma violência? Há violência dos dois lados. Porque você vive os dois lados (Livia, Complexo do Alemão).

Em virtude destes elementos, constatamos que com uma dor dificilmente explicável, mulheres vivenciam a experiência da violência dentro das suas comunidades de uma maneira bem particular. O constructo social das mulheres como os pilares da família e da comunidade, num contexto de violência policial e urbana, torna-se maior, ou seja, mais crucial. A violência perpetrada principalmente entre homens e contra homens (entre os policiais e os traficantes, ou entre traficantes e outros traficantes) produz consequências “colaterais” que afetam particularmente as mulheres na divisão sexual do trabalho, porque elas precisam cuidar mais, proteger mais, trabalhar mais, ao mesmo tempo que tudo isso sempre fica mais difícil.

Conclusão: um genocídio no Brasil

A violência policial nas favelas, da polícia civil, da polícia militar, do exército e da UPP vai muito além da questão da guerra às drogas. Se a guerra contra os traficantes é o pretexto que o Estado usa para militarizar e criminalizar as favelas e os/as moradores/as, a violência do Estado feita nestes espaços urbanos vai além disso, e parece muito mais como um genocídio (VARGAS, 2005), dentro do qual as mulheres sofrem de uma maneira particular e negociam esta situação também de uma maneira particular.

O genocídio, que tem ramificações desde a escravidão, acometendo historicamente dos pretos/as e que visa o espaço da negritude (GADEA, 2013), continua até hoje com a brutalização exacerbada dos jovens pretos. Trata-se de um genocídio porque os homicídios cometidos pelo Estado têm impactos muito importantes dentro das comunidades onde esses jovens moram. E ainda, o olhar destas mulheres nos permitiu vê-lo como um genocídio alimentado pelo classismo, racismo e segregação urbana.

As mulheres não são os principais alvos da violência letal dos policiais, mas elas padecem dela: que as mata; que as fere; que as ameaça; que mata os membros das suas famílias; que traz maior pressão econômica; maiores responsabilidades familiares e impunidade. É importante falar disso, porque são mulheres que ficam

nestas comunidades. São elas que têm que continuar a viver e manter outros vivos. São elas, no final, que têm a tarefa de lutar neste contexto de genocídio. E elas lutam. E elas se tornam guerreiras.

A configuração das relações sociais de classe, de raça, de espaço e de sexo no procedimento deste genocídio histórico afetou muito as mulheres, mas criou também, desde séculos, um contexto específico para torná-las guerreiras.

Referências

ALBUQUERQUE, E. M. de. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca / FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2009.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Brazil: You Killed my Son: Homicides by Military Police in the City of Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Anistia Internacional Brasil, 2015.

BIERNACKI, P. WALDORF, D. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. **Social Meth Res**, v. 10, p. 141-163, 1981.

BURGOS, M. B. **Dos parques proletários ao Favela-Bairro**: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M. (Org.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

COLLINS, P. H. **Black Feminist Thought**. New York/Londres: Routledge, 2009.

CORRÊA, J. **As representações de jovens moradores do Complexo do Alemão no Rio de Janeiro sobre a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca / FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2013.

CRENSHAW, K. W. e BONIS, O. Cartographie des marges: intersectionnalité, politique de l'identité et violences contre les femmes de couleur. **Cahiers du genre**, v.2, n.39, p.51-82, 2005.

FERNANDES, F. L. **Violência, medo e estigma**: Efeitos sócio-espaciais da “atualização” do “mito da marginalidade” no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia/ UFRJ. Rio de Janeiro, 2009.

FRANCO, M. **UPP – A redução da favela a três letras**: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo/ Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2014.

FLEURY, S. Militarização do social como estratégia de integração: o caso da UPP do Santa Marta. **Sociologias**, v.14, n.30, p.194-222, 2012.

FREEMAN, J. Raising the Flag over Rio de Janeiro's Favelas: Citizenship and Social Control in the Olympic City. **Journal of Latin American Geography**, v.13, n.1, p.7-38, 2014.

GADEA, C. A. **Negritude e pós-africanidade**: crítica das relações raciais contemporâneas. Porto Alegre : Editora Sulina, 2013.

GOIRAND, C. **La politique des favelas**. Paris : Karthala, 2001.

GOLDSTEIN, D. M. **Laughter out of Place**: Race, Class, Violence and Sexuality in a Rio Shantytown. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 2003.

HUME, M. Researching the Gendered Silences of Violence in El Salvador. **IDS Bulletin**. v.40, n.3, p.78-85, 2009.

HUMAN RIGHT WATCH. **“Good Cops Are Afraid”**: The toll of Unchecked Police Violence in Rio de Janeiro. New York : Human Right Watch, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>> Acesso em: 09 fev. 2017.

INCITE! Women of Color Against Violence. **Law Enforcement Violence Against Women of Color & Trans People of Color**: A Critical Intersection of Gender Violence & State Violence. Redmond : INCITE!

KERGOAT, D. **Dynamique et consubstantialité des rapports sociaux**. In: DORLIN, E. (Org.). **Sexe, race, classe**: pour une épistémologie de la domination. Paris: Presses universitaires de France, 2009.

LEEDS, E. Cocaine and Parallel Politics in the Brazilian Urban Periphery: Constraints on Local-Level Democratization. **Latin American Research Review**, v.31, n.3, p.47-83, 1996.

SILVA, L.A. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva deanálise. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.13, p. 45-58, 1999.

NUNES, N. R. A. **Mulher de Favela**: a feminização do poder através do testemunho de 15 lideranças comunitárias do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Rio de Janeiro. 2015.

ROCHA, L. O. Black Mothers' Experiences of Violence in Rio de Janeiro. **Cultural Dynamics**, v.24, n.1, p.59-73, 2012.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2006.

SOARES, R. G. **A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro**: um breve olhar histórico. *Journal des Anthropologues*, 2006. Disponível em <<http://www.soma.org.br/arquivos/FavelasDoRioPoliticaDireitoOlharHistorico.pdf>> Acesso em 03 jan. 2015.

SOUZA E SILVA, J. (Org). **O que é favela, afinal?** Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

TELLES, V. S. Favela, favelas: interrogando mitos, dogmas e representações. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.21, n.62, p.141-143, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 03 mai. 2013.

VALLADARES, L. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VARGAS, J.H.C. Genocide in the African Diaspora: United States, Brazil, and the Need for a Holistic Research and Political Method. **Cultural Dynamics**, v.17, n.3, p.267-290, 2005.

_____. Taking Back the Land: Police Operations and Sport Megaevents in Rio de Janeiro. **A Critical Journal of Black Politics, Culture, and Society**, v.15, n.4, p. 275-303, 2013.

VELASCO, H.; DÍAZ DE RADA, A. **La lógica de la investigación etnográfica**. Un modelo de trabajo para etnógrafos de la escuela. Madrid: Trotta, 1997.

WACQUANT, L. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. The Militarization of Urban Marginality: Lessons from the Brazilian Metropolis. **International Political Sociology**, v.2, p.56-74, 2008.

WILDING, P. Gendered Meanings and Everyday Experiences of Violence in Urban Brazil. **Gender, Place & Culture**, v.21, n.2, p.228-243, 2014.

YOUNG, I. M.. Le genre, structure sérielle: penser les femmes comme un groupe social. **Recherches féministes**, v.20, n.2, p.7-36, 2007.

ZALUAR, A. **Crime, medo e política**. In: ALVITO, M. e ZALUAR, A. (Org.). **Um Século de Favela**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

_____.; ALVITO, M. (Org.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ZACONNE, O. **A forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro**: ARQUIVE-SE. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

Notas

- 1 Mestranda em Ciência Política com concentração em Estudos Feministas. Baccalauréat em Relações Internacionais e Direito Internacional na Université du Québec em Montréal (UQAM). 405 Rue Sainte-Catherine Est, Montréal, Québec, Canada, H2L 2C4. E-mail: amveillette@gmail.com
- 2 Doutora em Serviço Social pela PUC-Rio, Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela UFRJ, Graduada em Serviço Social pela UFRJ. Atualmente é professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio e da Universidade Veiga de Almeida em cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão. Rua Marques de São Vicente, 225, Departamento de Serviço Social, Vila dos Direitórios, casa 209 – Gávea – Rio de Janeiro. E-mail: n.rogerianunes@gmail.com
- 3 Disponível em: <www.upprj.com>. Acesso em: 24 fev. 2017.
- 4 A criação de uma Rede de Estudos de Geografia, Gênero e Sexualidade Ibero Latino-Americana (REGGSILA) tem como principal objetivo dar visibilidade à produção de conhecimento nestes contextos geográficos e culturais, fomentar o desenvolvimento de investigações nesta área do conhecimento, potencializar sinergias entre centros de investigação Ibéricos e Latino-Americanos, e consolidar a presença de temas relacionados com gênero e sexualidades na formação do ensino superior em geografia. Disponível em: <Acesse: <http://www.reggsila.com/>>. Informar data de acesso...
- 5 O IBGE adotou inovações em 2010 para atualizar e aprimorar a identificação dos aglomerados subnormais (assentamentos irregulares conhecidos como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros). O Manual de Delimitação dos Setores do Censo 2010 classifica como aglomerado subnormal cada conjunto constituído de,

- no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.
- 6 O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida, sobre as quais ele influi (SANTOS, 2006, p. 96). Caso seja citação direta, utilizar as aspas. Se não for, retirar a referência de página.
 - 7 Para saber mais, ver: VARGAS, 2005.
 - 8 Ver o trabalho do grupo americano INCITE! Women of Color Against Violence sobre a violência policial numa perspectiva feminista e interseccional.
 - 9 Diferentes favelas inseridas no Complexo do Alemão, Complexo da Maré, Complexo da Penha, Santa Marta, Rocinha.
 - 10 As entrevistas foram de tipo « récit de vie » (a expressão em francês) ou « open-interview » (em inglês).
 - 11 No método snowball os participantes iniciais indicam novos participantes e assim por diante (BIERNACKI; WALDORF, 1981). Este processo de trabalho pode ser descrito como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população alvo, por meio de um instrumento de pesquisa.
 - 12 Batalhão de Operações Policiais Especiais

Artigo recebido no mês de março de 2017 e aceito para publicação no mês de maio de 2017.

